

Findes cobra geração de energia no Estado

Para entidade, responsabilidade de suprir o mercado também é da Escelsa

GUSTAVO BELESA

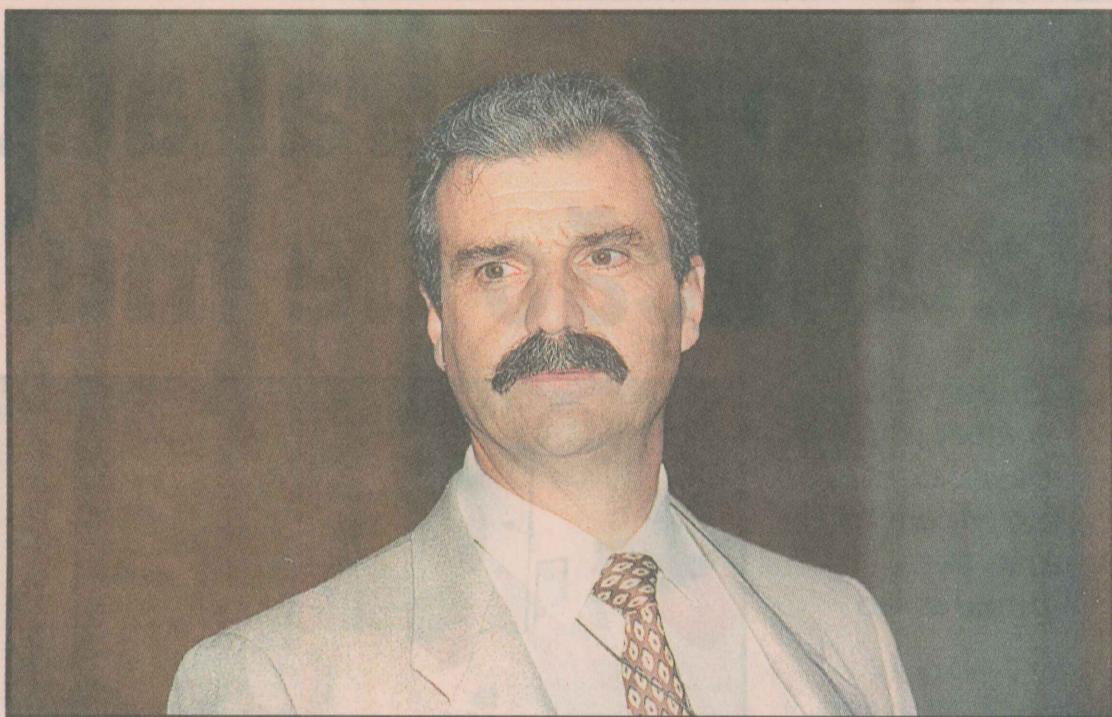
Depois dos prejuízos contabilizados pelo setor produtivo capixaba com o blecaute de segunda-feira, o presidente do Conselho de Infra-Estrutura da Federação das Indústrias do Espírito Santo (Findes), Ernesto Mosaner Júnior, defendeu ontem que para o Estado sair da dependência elétrica do sistema nacional é necessário mais investimentos em geração, principalmente por parte da Escelsa.

“No processo de privatização da empresa, o grupo que a adquiriu assumiu a responsabilidade de garantir energia para atender a demanda capixaba. Ela é a mais interessada na venda deste insumo”, salientou.

Atualmente, 85% de toda a energia consumida no Estado - cerca de 1,1 mil MW - é importada por Furnas Centrais Elétricas, que revende o insumo para a concessionária capixaba. A Escelsa tem capacidade de gerar apenas 140 MW, isto é, a concessionária não tem condições de disponibilizar energia para atender o Estado.

Só no papel

“A empresa tem que investir em geração. Não adianta dizer que a culpa



Gildo Loyola - 27/4/1995

Autonomia

Ernesto Mosaner Júnior: mais energia própria para que as empresas instaladas no Espírito Santo não dependam do sistema elétrico nacional

não é dela, que o problema foi com outra empresa, porque seu papel é atender a necessidade do Estado”, frisou. Mosaner acrescentou ainda que cobra mais investimentos em geração há muitos anos, mas os empreendimentos não saem do papel.

Segundo ele, a Usina Termelétrica Grande Vitória (500 MW) foi retirada do Programa Prioritário Termelétrico (PPT) porque o projeto não progrediu. “Essa saída foi uma derrota moral. Fizemos um trabalho forte envolvendo toda a bancada capixaba e o resultado foi perder a térmica. Falta vontade política para definir o preço do gás natural e da ga-

rantia da venda desta energia, para que os investidores mantenham os projetos”, relatou o empresário.

A Assessoria de Imprensa

da Escelsa informou que a diretoria da empresa não se encontrava no Estado para comentar os investimentos em geração de energia.

PREJUÍZO

Vale perde R\$ 1,19 milhão com blecaute

A Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) contabilizou um prejuízo de US\$ 500 mil (R\$ 1,19 milhão) com o blecaute que paralisou a produção das sete usinas de pelotização. Com a paralisação por 8h30 do parque industrial, a Companhia de Deixar de produzir 15 mil toneladas de pelotas. O Porto de Tubarão ficou inoperante por 3h30. Já o terminal de produtos diversos (TPD) não registrou problemas, porque não tinha navios atracados. Em Praia Mole, que desembarcava carvão das embarcações, o prejuízo foi para o cliente da Vale, que receberá a carga com atraso. A CVRD ainda não definiu se exigirá da concessionária de energia o ressarcimento do prejuízo.

Risco de novos apagões é grande

Rio - Blecautes como o que ocorreu na segunda-feira poderão se repetir com mais frequência nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, os maiores centros consumidores do país, devido à deficiência no sistema de proteção da malha de transmissão de energia. Especialistas afirmam ontem que esta foi a principal causa dos apagões que deixaram milhares de cidades às escuras em abril de 1997, março de 1999 e anteontem. “Nem o rompimento de um cabo nem a queda de um raio poderiam, de maneira nenhuma, provocar um blecaute em dez Estados”, diz Cláudio Ferreira, especialista em energia e ex-assessor da diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

A constatação de que a pane desta semana foi causada pelo rompimento de um cabo em uma rede secundária do

sistema, com voltagem relativamente baixa em relação às demais, demonstra que “o Brasil está em situação de perigo muito grande”, na avaliação de Adriano Pires, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro e um dos responsáveis pela elaboração do programa de racionamento adotado pelo Governo.

“A Aneel deveria existir do Operador Nacional do Sistema (ONS) um relatório sobre as condições das linhas de transmissão. Atualmente, isso é uma caixa preta semelhante à que foi a situação crítica da geração no início do ano passado.” O sistema de proteção é como uma trava de segurança que bloqueia a dispersão dos efeitos de uma pane para todo o sistema. “O sistema está velho. Não recebe investimentos há muitos anos e expõe todo o país a um dano que poderia ser

localizado”, diz Pires.

Ele compara a situação da rede à dos dutos da Petrobras que, deteriorados por uma manutenção precária, acabaram provocando uma série de vazamentos nos últimos três anos. Segundo dados da Eletrobrás, os investimentos em transmissão representaram somente 22% do que foi aplicado no sistema todo, aliando geração e distribuição, entre 1970 e 1999.

Deterioração

O foco no aumento da oferta de energia e a impossibilidade de investimentos das estatais - controladoras da maior parte da rede de distribuição - são apontados como fatores que contribuíram para a deterioração do sistema de segurança da rede. “As estatais não puderam acompanhar o ritmo de investimentos das distribuidoras privadas e seus equipa-

mentos estão defasados”, avalia o secretário de Energia, Indústria Naval e Petróleo do Estado do Rio, Wagner Victor.

As empresas privadas estariam investindo em relés digitais, ao passo que as estatais usam versões analógicas, mais antigas. “As duas versões não se comunicam direito, o que pode provocar problemas”, explica. O setor elétrico, porém, não vem tomando o mesmo cuidado. Depois do acidente em Bauru que provocou o blecaute de 1999, diz Ferreira, uma série de recomendações foram feitas às empresas do setor para aumentar a segurança do sistema.

“Não acredito que as medidas tenham sido tomadas”, diz. A própria Aneel já sabia do problema e decidiu fazer uma inspeção em toda a rede de transmissão de energia brasileira, para identificar os pontos mais críticos e as medidas necessárias para aumentar a confiabilidade. (AE)